

OFICINAS PEDAGÓGICAS COMO METODOLOGIA DE APOIO PARA A COMUNICAÇÃO AMBIENTAL: experiências e resultados¹

PEDAGOGICAL WORKSHOPS AS A SUPPORTING METHODOLOGY FOR ENVIRONMENTAL COMMUNICATION: experiences and outcomes

Myrian Regina Del Vecchio-Lima²
Criselli Maria Montipó³
José Carlos Fernandes⁴

Resumo: O artigo apresenta resultados qualitativos de uma série de oficinas com estudantes, professores e jornalistas, realizadas em Curitiba, PR (2024; 2025), e demonstra como a experiência possibilitou explorar aspectos teórico-metodológicos do binômio “comunicação e cidadania”. Em um primeiro plano, o trabalho problematiza o conceito de Comunicação Ambiental, examinando suas interfaces científicas e socioculturais, de modo a balizar sua abrangência diante das emergências climáticas. Ao delinear esse processo em formação, o estudo sugere que as “oficinas pedagógicas” – objetos de análise – ultrapassam o espaço tradicional de ensino ao estabelecer interface com a pesquisa-ação participativa, conferindo materialidade à Comunicação Ambiental. Conclui-se que as oficinas se afirmam como espaço emancipatório frente às demandas da Justiça Climática e como tecnologia social de sensibilização diante da crise ambiental.

Palavras-Chave: Comunicação Ambiental; Oficinas pedagógicas; Práticas cidadãs; Pesquisa-ação; Narrativas.

Abstract: The article presents findings from a series of workshops conducted with students, teachers, and journalists in Curitiba, PR (2024; 2025), demonstrating how the experience enabled the exploration of theoretical and methodological dimensions of the “communication and citizenship” nexus. First, the study problematizes the concept of Environmental Communication by examining its scientific and sociocultural interfaces to delineate its scope in the context of climate emergencies. In outlining this knowledge in formation, the study argues that the “pedagogical workshops” — the objects of analysis — transcend the traditional instructional setting by establishing an interface with participatory action research, thereby giving material expression to Environmental Communication. It concludes that the workshops emerge as an emancipatory space in response to the demands of Climate Justice and as a social technology for fostering awareness of the environmental crisis.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Comunicação e Cidadania do 35.º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Jornalista. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom/UFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Email: myriandel@gmail.com.

³ Jornalista. Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora de pós-doutorado do PPGCom/UFPR. E-mail: criselli@gmail.com.

⁴ Jornalista. Doutor em Estudos Literários (UFPR). Professor permanente do PPGCom (UFPR). E-mail: zeca@ufpr.br.

Keywords: *Environmental Communication; Pedagogical workshops; Citizen practices; Action research; Narratives.*

1. Preliminares

Em contextos locais e globais, entre outras crises que se agudizaram nas últimas décadas, a crise ambiental se destaca por suas consequências para o planeta e para a sociedade. Por seus riscos e situações de vulnerabilidade, o fenômeno, ao se acelerar, passou a ser denominado “emergência climática”⁵, cujo enfrentamento exige esforços multidisciplinares, em termos científicos, culturais e socioeconômicos. A Comunicação, campo atravessado por epistemologias e práticas diversas, tem sido demandada de forma enfática no âmbito das crises contemporâneas, na tentativa de informar e sensibilizar populações, de modo a gerar efeitos materiais e simbólicos, em especial no enfrentamento das questões ambientais e climáticas em processo de agravamento.

A Comunicação Ambiental é definida por Pezzullo (2017, p. 1) como “o estudo e a prática de modos de expressão pragmáticos e constitutivos que definem e problematizam nossas relações ecológicas no mundo”⁶ (*Tradução nossa*). Em termos teóricos e práticos, a Comunicação Ambiental foi criada como uma “disciplina de crise” (*crisis discipline*), para abordar alguns dos maiores desafios de nossa época, o conflito sociedade-natureza, e debater as implicações éticas aí envolvidas. Também é entendida como uma “disciplina de cuidado” (*care discipline*), ao desvelar as interconexões humanas e não humanas, a interdependência, a biodiversidade e os limites de um sistema ecológico complexo. Trata-se, portanto, de um campo interdisciplinar em mudança, com dilemas e embates teóricos e práticos atravessados por fortes interesses socioeconômicos. Produz variadas formas de ações simbólicas (narrativas, discursos, conteúdos) que são analisadas e debatidas em mídias como vídeos e filmes, websites, blogs, redes sociais digitais, podcasts, revistas e jornais, peças publicitárias e de marketing etc (Pezzullo; Cox, 2018). Estuda, problematiza e cria ações na esfera pública, em que vozes

⁵ O jornal britânico *The Guardian* atualizou seu Guia de Estilo em 2019: “Para escrever sobre a mudança do clima, o jornal passa a adotar expressões mais fortes, que reforcem as mensagens de urgência e tamanho do desafio. A primeira mudança é na própria ‘mudança do clima’. (...) o jornal passa a usar ‘emergência, crise ou colapso climático’. In: <https://climainfo.org.br/2019/05/21/jornal-ingles-the-guardian-troca-palavras-e-expressoes-utilizadas-em-textos-sobre-o-clima-para-comunicar-a-urgencia-climatica/> Acesso: 29 jan. 2026.

⁶ Environmental communication is the study and practice of pragmatic and constitutive modes of expression that define and trouble our ecological relationships within the world (Pezzullo, 2017, p. 1).

concorrentes se engajam, dada sua natureza de compreensão dos comportamentos negativos da sociedade em relação ao meio ambiente (Pezzullo; Cox, 2018).

Situado tal contexto, este trabalho discute o papel do que aqui chamamos de *oficinas pedagógicas*, entendidas como espaços de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências (Candau, 1995), mas, também, como recurso metodológico que facilita a sensibilização para questões, processos, perspectivas, narrativas e discursos da Comunicação Ambiental, com ênfase para a Comunicação Climática. Partimos do consenso de que a Comunicação Ambiental continua a ser, no Brasil, um “vir a ser” como já afirmavam, em 2015, Del Vecchio de Lima et al; e que, como área não suficientemente consolidada no país, carece de formas que ampliem seu papel de disseminar conhecimento ambiental, a fim de sensibilizar e engajar públicos diversos.

Temos como *pressuposto* que as oficinas pedagógicas podem colaborar no fortalecimento das potencialidades da Comunicação Ambiental. Mesmo ao considerar, como os autores acima, que a Comunicação Ambiental é ainda uma aposta, a defendemos como ação assertiva, em função de seu papel de divulgação de informações científicas; por sua capacidade de elaborar narrativas escritas, orais e imagéticas em relação às causas ambientais e suas lutas; por seu incentivo aos ativismos em prol de políticas públicas, motivando o estabelecimento de práticas sustentáveis. Justificamos a importância da Comunicação Ambiental/Climática por ser parte fundamental na tomada de decisões e adoção de medidas preventivas para a sociedade enfrentar as crises socioambientais. Além de ser componente da gestão ambiental (Pittock, 2005), permite a construção e o fluir de sentidos voltados à urgência de ações coletivas de governança ambiental acordadas entre diversos atores sociais.

Assim, entre várias possibilidades metodológicas experienciadas em pesquisas anteriores, esse artigo objetiva analisar como as *oficinas pedagógicas* (Spink et al., 2014; Candau, 1995; Montipó e Lima, 2025) podem atuar de forma decisiva na construção de conhecimentos sobre problemáticas sociais e culturais diversas, em específico aquelas relacionadas à emergência climática.

Como lembram Shome e Marx (2016, posição 609), a comunicação em grupo, como ocorre no caso de *oficinas pedagógicas*, permite “que indivíduos com conhecimentos, habilidades e experiências pessoais diversas compartilhem diferentes perspectivas e trabalhem juntos em um problema. Discussões em grupo proporcionam uma maior possibilidade de fontes múltiplas de informações”. Acrescente-se que “... depois de uma discussão em grupo há mais

motivação para a implementação de soluções” (Shome e Marx, 2016, posição 619), com aumento de redes de apoio e ativação de metas sociais.

Apresentamos o seguinte *problema*: Como incrementar a sensibilização e o engajamento de públicos diversos em relação a questões ambientais, em geral e, climáticas, em particular, com a realização de oficinas no âmbito da Comunicação Ambiental? Na elaboração dessa questão problematizadora levamos em conta uma abordagem metodológica que privilegia o envolvimento dos sujeitos participantes das oficinas.

Partimos de um breve quadro teórico sobre a Comunicação Ambiental e Climática (Pezzulo; Cox, 2018; Bueno, 2007; Del Vecchio de Lima et al., 2014; 2015; Colatusso e Del Vecchio-Lima, 2024; Loose, 2025) para, na sequência, abordarmos as *oficinas pedagógicas* como uma tecnologia social, que é parte fundamental da metodologia de pesquisa e de construção de experiências, reflexões e práticas coletivas voltadas à sensibilização e inclusão. Lembramos que oficinas são usadas para diversas finalidades e objetivos nas áreas de extensão, ensino e pesquisa, ou na conexão entre esse trinômio de atividades acadêmico-científicas. Ao buscar reflexões, práticas e experiências, as oficinas requerem a combinação de informações científicas com boas práticas e experiências sociais, ambientais, culturais etc. Também perpassamos brevemente a tríade “comunicação, meio ambiente e educação” (Duarte & Lima, 2014, p. 197), pois a educação integra a Comunicação Ambiental como disciplina de crise e de cuidado, com o potencial de sensibilizar e motivar atitudes transformadoras.

Empregamos o método qualitativo (Bauer et al, 2015), inserido no paradigma da pesquisa social, a fim de interpretar questões socioambientais. O estudo parte de revisão bibliográfica para, na sequência, produzir um descritivo de oficinas aplicadas pelos autores, no período 2024-2025, além de se deter no material de campo que constitui o *corpus* da pesquisa estruturada, aplicada para estudantes de Comunicação e de Ensino Médio, jovens de comunidades periféricas, jornalistas, pesquisadores e lideranças sociais.

O *corpus* é derivado, em especial, da pesquisa *Comunicação sobre emergência climática: estratégias de sensibilização* (2023-2025), vinculada ao Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) com foco em Emergência Climática, no Eixo 5 do Napi EC, do governo do Paraná. Com base na pesquisa-ação participativa (Fals Borda, 2008), a abordagem metodológica privilegia o envolvimento dos sujeitos participantes nas oficinas — portanto, nossa premissa é de uma perspectiva crítica e potencialmente emancipatória.

Após essas preliminares, as seções desse artigo assim foram organizadas: Comunicação Ambiental e Climática: aposta para sensibilizar e engajar; Oficinas pedagógicas na promoção de reflexões e práticas da Comunicação Ambiental; Resultados e discussões: oficinas mobilizadoras de uma práxis engajada. Ao final, foi possível demonstrar como as oficinas pedagógicas podem incrementar a sensibilização e o engajamento socioambiental e climático.

2. A Comunicação Ambiental e Climática: aposta para sensibilizar e engajar

De acordo com Bernauer, 2013 e Lam, 2014, políticas ambiciosas para enfrentar as mudanças climáticas requerem forte apoio público. Bernauer & McGrath (2016) realizaram pesquisa sobre como estimular o público para enfrentar a crise do clima. Para os autores, o problema apresenta interesse “bastante limitado” (p. 1) para a população em geral. O principal argumento utilizado para ampliar o apoio público, os benefícios da redução dos riscos das mudanças climáticas, por meio da mitigação dos gases de efeito estufa, emerge no estudo como uma “justificativa convencional” (2016, p. 1). Para Massonnet (2025), a experiência vivida é muito mais marcante do que números divulgados sobre a crise climática. As narrativas são o que mais tocam as pessoas.

Com o aceleração do fenômeno climático e a compreensão de que afeta a economia e a saúde, entre outras áreas sociais, a população tem dado mais atenção ao tema. O *Global Risks Report (GRR) 2025*, do World Economic Forum, aponta que os riscos ambientais pioraram em intensidade e frequência desde o lançamento do relatório, em 2006. “As previsões são (...) de que eventos climáticos extremos se tornem recorrentes. Segundo o *GRR 2025*, a perda de biodiversidade e o colapso dos ecossistemas estão entre os maiores riscos globais, ao lado de conflitos armados e desinformação” (Montipó; Del Vecchio-Lima, 2025 (B), p. 20). Ainda assim, autores como Loose (2025) e Colatusso et al (2024) alertam que, apesar da intensa circulação de informações midiáticas sobre a crise climática, a maior parte da população parece ignorar qualquer possibilidade de reações ou ações, ativistas ou não, para sua minimização.

Não vamos abordar as razões pelas quais muitas pessoas, apesar de informadas, não reagem em relação ao fenômeno. Seguimos a linha de Shome & Marx (2016, posição 210), em guia baseado em pesquisas do *Center for Research on Environmental Decisions*, da Universidade de Columbia: “[...] para que a informação científica sobre o clima seja efetivamente absorvida pelo público, ela deve ser comunicada com linguagens, metáforas e analogias apropriadas, combinada com histórias e narrativas; avivada por meio de imagens

visuais e cenários com os quais os leitores têm familiaridade; deve usar informações científicas de forma equilibrada” (Shome; Marx, posição 215).

Compreendemos que discursos e narrativas para sensibilizar diferentes públicos sobre as emergências socioambientais são tarefa, em especial, de cientistas, educadores e comunicadores. É a área da Comunicação Ambiental que busca estabelecer teorias, práticas e metodologias capazes de gerar narrativas confiáveis sobre temáticas socioambientais. Para Del Vecchio de Lima *et al* (2014, p. 209), a Comunicação Ambiental “seria uma forma de viabilizar o acesso a conhecimentos que, por sua vez, possibilitaria mudanças de entendimento e ação em relação ao meio ambiente”. Esses autores postulam a aproximação entre a prática comunicacional e a epistemologia ambiental, o que caracteriza a mesma perspectiva presente em outros autores que se dedicaram ao binômio em estudo, a exemplo de Bueno (2007), Hannigan (2009), Pezzulo e Cox (2018). Colatusso & Del Vecchio-Lima (2024, p. 7) reforçam a ideia da comunicação ambiental como campo multi e interdisciplinar, concentrado “em examinar aspectos ambientais e sociais que afetam os indivíduos e a sociedade”, o que compreende variadas abordagens e concepções da comunicação, formando, no entender de Hansen & Cox (2015, p. 14), várias “comunidades de discursos”.

De acordo com Bueno (2007), a Comunicação Ambiental compreende todas as ações, estratégias e esforços destinados a promover a conscientização e a promoção de questões ambientais. Ainda que Bueno (2007) não aprofunde as bases e valores do termo, defende uma visão sistêmica que permite relacionar de forma indissociável o ser humano e a natureza, o meio físico e o biológico, a cultura e a sociedade, para exercer as práticas comunicacionais necessárias. Loose (2025, p. 1), por sua vez, mapeia a expressão Comunicação Ambiental em artigos acadêmicos e trabalhos de pós-graduação no contexto da pesquisa brasileira. Conclui que embora “a circulação de discursos ambientais tenha crescido, o desenvolvimento acadêmico da área não acompanhou esse processo”. A autora reconhece que ocorreram avanços nos debates teóricos em torno do Jornalismo Ambiental, mas ainda é necessário expandi-lo para outros subcampos, inseridos sob o arco epistemológico da Comunicação Ambiental. Del Vecchio *et al* (2015; 2014) defendem uma comunicação atenta aos princípios socioambientais. Entretanto, essa forma especializada de comunicação, comprometida com a epistemologia ambiental, é apresentada como um “vir a ser”, considerando os desafios impostos por uma conjuntura política, econômica e social guiada para o crescimento econômico ilimitado, “gerador de desigualdades e assimetrias cada vez maiores” (Loose, 2025, p. 11).

Ocorre que uma parcela significativa da população se informa pela mídia hegemônica, com destaque para a televisão, que na maior parte de suas produções se constitui como um *player* privilegiado de manutenção do sistema econômico e político vigente; e outra parte da população, em franco aumento no Brasil, em especial entre pessoas mais jovens – mas em crescimento junto a todas as faixas etárias –, consome informação muitas vezes desqualificada e descontextualizada, atrelada a vieses ideológicos conservadores ou até mesmo às negações científicas, via redes sociais digitais em suas diversas plataformas. Apenas 10% dos brasileiros afirmam acessar notícias impressas e podcasts (10%), além de *chatbots* de Inteligência Artificial (9%), o que confirma a transição do consumo por meio de mídias sociais (Reuters Institute, 2025). O quadro demonstra que parte da sociedade ainda não tem conhecimento e ou interesse sobre a questão ambiental, o que vai se refletir em fragilidades em termos de educação, cidadania e outros aspectos da relação sociedade-natureza.

Cox (2007) observa não existir um alinhamento dos setores sociais para enfrentar os problemas socioambientais. Para ele, diversos segmentos da população desconhecem as razões da crise ambiental/climática em curso; outros, chegam mesmo a menosprezá-la e minimizá-la, consumindo ou produzindo narrativas midiáticas e outras advindas de contextos religiosos, políticos, empresariais. Tais setores, em especial durante disputas eleitorais ou legislativas, exercem pressões e divulgam discursos negacionistas, encobrem ou dão opacidade aos problemas, ocultam vozes e discursos ativistas, de forma a garantir a prevalência de seus interesses (Colatusso et al, 2024).

Entretanto, a comunidade científica reconhece a ampliação da consciência ambiental em vários espaços sociais, o que pode ser creditado, em certa medida, ao jornalismo científico e ambiental. Hannigan (2009) lembra que a mídia é essencial, pois sem sua cobertura, problemas socioambientais ficariam invisibilizados. Mesmo assim, a cobertura midiática, apesar das exceções, ainda está longe de provocar suficientes efeitos sensibilizadores. Cientes da diversidade de fatores que determinam o conceito de Comunicação Ambiental e da complexidade do campo das ciências ambientais, entendemos ser preciso evitar a percepção de que a Comunicação Ambiental seja “qualquer tipo” de comunicação que aborde aspectos ambientais.

Diante dos vários entendimentos sobre a matéria, em diferentes contextos, devemos lembrar que os esforços intelectuais, científicos e práticos se situam em um modelo econômico prevalente, em um sistema capitalista pós-industrial e em uma cultura digital plataformizada,

com uma permanente tensão do Norte sobre o Sul, com movimentos colonizantes-descolonizantes, no interior dos quais existe a visibilização de uma crise socioambiental em processo de agravamento. Lembramos que se ainda há “brechas para buscar outras formas de desenvolvimento e novas visões transformadoras sobre a relação sociedade-natureza, então se percebe que a Comunicação Ambiental pode constituir uma alternatividade” (Del Vecchio de Lima et al, 2014, p. 208-209). Nessa perspectiva, essa pesquisa se detém na compreensão da comunicação como interação entre ciência e sociedade. Basta lembrar que a emergência climática e outros conflitos sociedade-natureza não se limitam a campos científicos de estudos monodisciplinares sobre ambiente em si e clima, mas abrangem inúmeras disciplinas em campos científicos, que contextualizam e problematizam os fenômenos socioambientais e seus impactos. Em resumo, “a Comunicação Ambiental deve ir além da Comunicação Científica” (Colatusso & Del Vecchio-Lima, 2024, p. 5).

Dados esses aspectos, e em consonância com a proposta de *oficinas pedagógicas* no campo da Comunicação Ambiental, retomamos aqui a discussão sobre a tríade Comunicação, Educação e Meio Ambiente, realizada por Duarte & Lima (2014, p. 196), que traçaram reflexões sobre documento publicado em 2008 pelo então Ministério do Meio Ambiente e que, segundo as autoras, tinha “o grande mérito” de apresentar uma rara definição de *educomunicação socioambiental*, termo que expressa o trinômio proposto para o estudo das autoras: “Refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. [...] A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no ‘como’ se gera os saberes e ‘o que’ se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza” (BRASIL, 2008, p. 10).

Depreende-se daí que “a comunicação ambiental tem em si o caráter pedagógico e social da comunicação como processo relacional e integrador, baseado no exercício da cidadania, instigando atitudes de transformação socioambiental” (Duarte & Lima, 2014, p. 197), o que se coaduna com a opção metodológica das *oficinas pedagógicas* propostas. Esse entendimento representa o valor aqui defendido: a tríade meio ambiente, comunicação e educação constitui um campo de práticas que se integram, compondo “uma triangulação baseada nos princípios de participação e do diálogo, da reflexão e do pensamento crítico, da atuação responsável, da construção coletiva e do entendimento do ser humano como parte integrante da natureza” (Duarte & Lima, 2014, p. 198).

Na busca de opções metodológicas que permitam operacionalizar e melhorar o processo comunicativo na área, passamos a refletir sobre oficinas baseadas nos princípios e valores expostos e que avançam para o incentivo a narrativas orais ou textuais, em grupos, que resultem em práticas individuais e coletivas no campo da comunicação ambiental. No caso da presente pesquisa, o enfoque é o da Justiça Climática — como conceito aplicado à ação, a Justiça Climática propõe que a situação seja enfrentada com a responsabilização daqueles que efetivamente causam o desequilíbrio e apresentam mais condições de combatê-las.

3. Oficinas na promoção de reflexões e práticas da Comunicação Ambiental

As oficinas em análise são entendidas aqui como inflexões da divulgação científica, ou seja, formas de divulgar ciência fora dos padrões tradicionais, de maneira aberta, irreverente, participativa e, sobretudo, interativa. No interior das oficinas, diferentes formas de conhecimentos se entrecruzam numa relação cidadã entre sujeito-sujeito e entre suas comunidades. Nesse cenário, a Comunicação Ambiental é latente: para além de seu papel de promover conteúdo da Comunicação da Ciência, a Comunicação Ambiental tem como perspectiva informar, comunicar e debater, de forma dialógica, os diversos saberes, dos científicos aos alternativos/tradicionais/populares, para que as pessoas se reconheçam como parte do problema e das soluções, podendo ser incluídas em processos de cidadania que reivindiquem justiça ambiental e climática.

Albagli (1996) lembra que a divulgação da ciência requer ser entendida como cidadania, para além da transferência de informação. “Cidadania”, enfatizamos, é a expansão dos direitos e garantias de pessoas e coletividades. A trajetória em busca da defesa de direitos fundamentais aprofundou a compreensão de que os direitos humanos são condição indispensável para a construção de princípios de cidadania, a partir do intrincado acesso aos direitos civis, políticos e sociais (Comparato, 2010), em geral em condições desiguais (Ijuim et al, 2025).

Nesse processo, as *oficinas pedagógicas* representam um coletivo de trocas e interações horizontais de saberes inacabados; e extrapolam o senso comum do verbo “informar”. O movimento é o do ensino-aprendizagem dialógico, baseado em fundamentos de cidadania inclusiva e crítica. No que toca a essa pesquisa, o movimento educacional a que nos referimos tende a produzir coletivamente materiais caracterizados pela visão da ecocrítica. Heffes (2013) argumenta que a cultura latino-americana produz um imaginário ambiental próprio, em que a

natureza deixa de ser apenas paisagem idealizada, mas se configura como território marcado por disputas, sendo ainda espaço de memória e agente político. Essa abordagem aproxima a ecocrítica de debates sobre Justiça Ambiental, ecologia política e colonialidade da natureza. Uma oficina de base ecocrítica deve ser planejada, mas se constrói em processo, abrindo espaço para a demanda participativa grupal: saber ouvir os participantes, suas dúvidas, concordâncias e discordâncias, crenças e descrenças, conhecimentos e saberes próprios de cada um e das comunidades onde vivem (Candau, 2002).

Como caminhamos em terreno multidisciplinar, assinalamos que, na vertente da Psicologia Social, Spink et al (2014, p. 32) entendem as *oficinas pedagógicas* como ferramenta metodológica de pesquisa, mas ressaltam que “o objetivo da oficina não se limita ao registro de informações para fins de pesquisa, uma vez que sensibilizam as pessoas para a temática trabalhada, possibilitando para seus participantes a negociação de sentidos variados, abrindo espaços para controvérsias e potencializando mudanças.” Nosso embasamento pedagógico (TAB. 1) é orientado por pensadores que levaram em conta as desigualdades sociais para pensar o processo de construção coletiva centrada em sujeitos:

TABELA 1
Embasamento pedagógico

Proposta pedagógica	Síntese
Pedagogia da autonomia	<i>Centrada em experiências baseadas na decisão e na responsabilidade, na ética, no respeito à dignidade e à própria liberdade como possibilidade transformadora da realidade social (Freire, 2019a).</i>
Pedagogia engajada	<i>Busca capacitar as pessoas a partir de uma perspectiva holística de aprendizado. Compreende que engajar coletivamente pode promover atos capazes de transformar a tessitura social.</i>
Pedagogia da práxis	<i>Procura enfrentar as contradições sociais a partir de uma ação-reflexão transformadora (Gadotti, 2024), que compreende a prática e a teoria como indissociáveis.</i>

<div> <div> 35° ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS 2026 </div> <div> Saberes ancestrais e novos horizontes da pesquisa em comunicação Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Natal/RN 9 a 13 de Junho de 2026 </div> <div>compós</div> </div>	
Pedagogia da esperança	<i>Leva em conta as desigualdades. A partir das experiências individuais, reafirma a possibilidade de construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária (Freire, 2019b).</i>

FONTE: AUTORES, 2026.

Em nosso processo pedagógico, com base nas pedagogias acima listadas, destacamos o ato de narrar, entendido como compartilhar relatos, experiências e cotidiano. Nas oficinas, esse conjunto forma um espaço coletivo no qual se contam histórias sobre conteúdos ambientais; episódios que envolvem injustiças, medos, ansiedades, lutas, pobreza, discriminação, mas também ativismos, cuidados, envolvimento e motivação, além de formas de combater preconceitos de diversas naturezas. Entendemos que o processo da oficina, desde o acolhimento dos participantes até seu debate final, forma uma comunidade narrativa, empática, problematizadora, que busca sentidos em uma sociedade que fragmenta o tempo e deixa de narrar o mundo, devido à excessiva plataformação digital. Deriva dessa conceituação entender essas oficinas como um momento de educação em direitos humanos, conforme propõe Candau (2002, p. 12), ao afirmar que esses encontros não podem ser reduzidos “a uma série de técnicas didáticas ou dinâmicas de grupo [...], nem a uma série de conhecimentos ou a atividades isoladas.”

3.1 Metodologia, análise e resultados

O escopo metodológico se ancora na pesquisa empírica qualitativa em Ciências Sociais. Envolve a coleta de dados sobre pessoas e seus contextos a partir de tradições interdisciplinares. A opção pela abordagem qualitativa é baseada na corrente latino-americana da pesquisa-ação participativa, e se deu em consonância com os objetivos dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (Napi), implementados no Paraná pelo convênio da Fundação Araucária de Apoio à Pesquisa com universidades do estado. Assim como em outros Napis, pesquisadores do Eixo 5 adotaram a pesquisa-ação participativa como uma forma de pesquisa aplicada.

A abordagem está embasada em três pilares: a) Pesquisa: conhecimento e respeito por diferentes expressões e formas de produzi-lo; b) Participação: direito das pessoas ao controle suas próprias situações em uma relação horizontalizada entre pesquisadores e membros da comunidade; e c) Ação: busca por uma mudança que melhore a situação da comunidade

envolvida. Um elemento central desta metodologia se assenta no entendimento de que os pesquisadores e a comunidade envolvidos na pesquisa participam ativamente do processo. A população local é protagonista na resolução de problemas a partir de sua própria perspectiva (Fals Borda, 2008).

As *oficinas pedagógicas* aqui focadas (TAB. 2) foram pensadas como espaços de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, como forma de possibilitar a troca de experiências e a sensibilização sobre a crise climática, de forma propositiva e dialógica, sempre ancoradas na perspectiva da Justiça Climática. O processo de organização metodológica das oficinas teve como ponto de partida metas do Eixo Estruturante 5 do Napi Emergência Climática, nas quais essa pesquisa contribui com atividades realizadas em 2023, 2024 e 2025.

TABELA 2
Ações Eixo 5 do Napi Emergência climática

Ações realizadas
Oficinas e minicursos para formação de extensionistas, estudantes, docentes, pesquisadores, jornalistas, líderes comunitários, de movimentos sociais e da juventude (2024 e 2025).
Mapeamento de comunidades escolares em vulnerabilidade socioambiental e risco climático (agosto a setembro de 2023). Realização de grupos focais com jovens de 14 a 21 anos (abril a maio, 2024).
Identificação de espaços de protagonismo jovem dos grupos sociais vulnerabilizados (2024). Envolvimento de pesquisadores e extensionistas da UFPR para dividir conhecimentos com os jovens participantes da pesquisa (2024 e 2025).
Grupos focais com jornalistas (abril, 2025). Construção de estratégias e produção de materiais de comunicação por estudantes de ensino médio e por estudantes extensionistas (2024). Produção de narrativas sobre Justiça Climática pelos participantes (2025).

FONTE: AUTORES, 2026.

A partir deste quadro de ações, os procedimentos metodológicos contam também com recursos da Análise Crítica da Narrativa (Motta, 2013). Entendemos que as narrativas se

estabelecem no contexto e sob condições sociais de hierarquia e de poder, o que torna a metodologia adequada para análises sob a perspectiva da Justiça Climática. A análise privilegia dois movimentos interpretativos propostos pelo autor: (a) a organização da narrativa a partir dos registros de campo da pesquisa-ação participativa; e (b) a revelação de interesses e conflitos estruturadores da narrativa sobre Justiça Climática durante as oficinas.⁷ Conforme Motta (2013), a organização da narrativa permite compreender como se dá a relação entre narradores e quem recebe as narrativas. Nesse movimento, pode-se verificar como se articulam descobertas, tensões, apropriações e desfechos, para gerar adesão e sensibilização dos interlocutores. Quanto à fase “b”, nesta etapa analítica ficam explícitas as marcas de ação, em especial, no caso, os pontos de pressão social por Justiça Climática. Aqui são reveladas relações entre visões de mundo diferenciadas e se desafia a perspectiva hegemônica da inação.

3.2 Breve panorama do material analisado

Para atingir públicos diversos durante o processo de aplicação da pesquisa, dividimos as ações em quatro grupos (TAB. 3). Foram realizadas oficinas e minicursos para formação de extensionistas, estudantes, docentes, pesquisadores, jornalistas, lideranças comunitárias, líderes de movimentos sociais e da juventude, em 2024 e 2025:

TABELA 3
Oficinas pedagógicas oferecidas

Oficinas	Locais	Objetivos	Resultados
<i>Grupo A</i> Oficinas de formação para extensionistas (2024).	Universidade Federal do Paraná (UFPR).	Formação de extensionistas sobre comunicação e Justiça climática, para atuação nos colégios integrantes da pesquisa.	Total de 15 extensionistas participaram das oficinas.

⁷ Motta (2013) propõe sete movimentos interpretativos para análise. No nosso procedimento analítico, privilegiamos dois desses movimentos, adequados ao escopo do presente trabalho.

35º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS 2026		Saberes ancestrais e novos horizontes da pesquisa em comunicação Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Natal/RN 9 a 13 de Junho de 2026	
<i>Grupo B</i> Oficinas para formação da juventude, (2024).	Colégios públicos estaduais (Bairros Boqueirão e Cajuru, em Curitiba)	Sensibilização e formação de estudantes de Ensino Médio sobre comunicação e Justiça Climática. Compartilhamento dos resultados em grupos focais.	Total de 18 estudantes de Ensino Médio.
<i>Grupo C</i> Oficinas e minicursos para formação de lideranças comunitárias, universitários, docentes e pesquisadores (2024 e 2025).	Eventos acadêmicos: Fazendo Gênero 2024; SBPJor 2024; Congresso do Contestado 2024; IECA 2025; SBPJor 2025; oficina-piloto (graduação UFPR).	Capacitação de lideranças em instituições científicas, organizações da sociedade civil, empresas e governo como multiplicadores sobre Justiça Climática e gênero.	Total de 80 participantes.
<i>Grupo D</i> Oficinas e minicursos para formação de jornalistas e estudantes de Jornalismo (2025).	UFPR; Enpecom 2025.	Capacitação e atualização profissional sobre abordagens jornalísticas com enfoque em Justiça Climática. Apresentação dos resultados em grupos focais	Total de 45 participantes.

FONTE: AUTORES, 2026

4. Resultados e discussões: oficinas mobilizadoras de uma práxis engajada

Conforme descrito, as oficinas seguiram pressupostos das pedagogias da autonomia, engajada, da práxis e da esperança. A partir das potencialidades da Comunicação Ambiental para o enfrentamento da emergência climática, promovemos reflexões sobre as interfaces entre cidadania, direitos humanos e emergência climática. Buscou-se compreender as dinâmicas de

Justiça Climática e de enfrentamento ao racismo ambiental. Todas as oficinas, apesar das variadas abordagens e públicos, partiram do entendimento de que o enfrentamento à crise climática requer uma visão global, que enfoque as múltiplas realidades socioambientais. Esse olhar obriga a pensar coletivamente, por isso as oficinas buscaram dar concretude às necessidades sociais. A proposta foi a de ouvir os participantes de modo articulado sobre crise climática, com foco em ações que fizessem sentido em suas comunidades. Ao longo da atividade, apresentamos dados científicos, contextos e definições problematizadoras.

Para introduzir o tema, sempre iniciamos com a exibição de um vídeo de estímulo em torno da emergência climática, considerada a maior crise de sobrevivência enfrentada pelos seres humanos (IPCC, 2023). Ao tratarmos da elevação da temperatura média mundial acima dos níveis pré-industriais, e do aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos, apresentamos o fato de que alguns grupos vivem em situação de vulnerabilidade. A violação aos direitos humanos expõe de modo desigual diferentes populações, o que demanda uma abordagem sob a perspectiva da Justiça Climática. Questionamos os participantes sobre o que compreendem por Justiça Climática e estimulamos propor ações ou pautas correlatas. As possibilidades de ação coletiva construídas em pequenos grupos foram compartilhadas como síntese aos participantes. A seguir, apresentamos o detalhamento analítico das oficinas oferecidas a cada grupo.

4. 1 Grupo A: Formação de estudantes extensionistas

Dividida em duas oficinas – 1) *Quem precisa de Justiça Climática em Curitiba?* e 2) *Estratégias de comunicação para sensibilização sobre Justiça Climática* –, as ações alcançaram 15 estudantes do ensino superior dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da UFPR, além de uma mestrande do Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) da UFPR (parceira facilitadora). Foram oferecidas no início de 2024 com o objetivo de sensibilizar sobre Comunicação Ambiental/Justiça Climática e estimular o desenvolvimento de produtos de comunicação ambiental. As ações buscaram contribuir com a formação dos futuros comunicadores para atuar em oficinas direcionadas a estudantes do Ensino Médio (FIG. 1).

FIGURA 1 – Oficinas com extensionistas



FONTE: ARQUIVO DOS AUTORES, 2026.

4.2 Grupo B: Formação da juventude

A oferta das oficinas a 18 estudantes do Ensino Médio situados em áreas de riscos climáticos em Curitiba (FIG. 2) fez parte da etapa de intervenção da pesquisa-ação participativa (primeiro semestre de 2024). Além de possibilitar reflexões sobre Justiça Climática, a partir da aplicação de quatro grupos focais, articulamos iniciativas para incentivar o protagonismo narrativo à juventude que habita áreas de risco. A estratégia metodológica híbrida investigou as formas usadas pelos jovens para se informar sobre o tema. A partir dos dados levantados, promovemos mais de 20 oficinas com adolescentes nos colégios, em contraturno, a fim de discutir o tema. Os produtos gerados, como cartazes, vídeos, HQs, maquetes, podcasts e fanzines, foram compartilhados com a comunidade escolar.

FIGURA 2 - Oficinas com a juventude



FONTE: ARQUIVO DOS AUTORES, 2026.

Participaram das oficinas pesquisadores integrantes do Napi EC, como do Laboratório de Climatologia – LaboClima da UFPR, extensionistas do Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep) e do Projeto Nimbus (UFPR).

4.3 Grupo C: formação de lideranças comunitárias, de movimentos sociais, universitários e pesquisadores

Outra estratégia levou oficinas a eventos acadêmicos nacionais e internacionais. Em 2024, a oficina *Justiça Climática e gênero: possíveis articulações*, foi realizada durante o evento *Fazendo Gênero 13*, bem como durante o V Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado (FIG. 3). As oficinas buscaram a sensibilização sobre Justiça Climática na perspectiva de gênero, para construir articulações baseadas na realidade brasileira. Foram oferecidas a 30 pessoas, que atuam na área da educação, política, economia, justiça, ciência, entre outras. A aplicação originou uma terceira oferta: o *Workshop Climate justice and gender: possible engagements*⁸, ministrado de modo híbrido no evento *18th Biennial Conference on Communication and Environment* (University of Tasmania, Austrália), em parceria com a pesquisadora e jornalista Beatriz Mira (Universidade de Oregon). Houve a oferta, ainda, durante duas edições do Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor, 2024 e 2025): *Jornalismo, crise climática e desinformação*, em parceria como pesquisador Hendryo André; e *Jornalismo e Crise Climática Estratégias e Possibilidades*.

⁸ Disponível em: <https://event.fourwaves.com/coc2025/abstracts/89cd3e57-e6e8-436f-a3bb-5134611fe1f4>

FIGURA 3 – Oficinas com lideranças estudantes universitários e pesquisadores



FONTE: ARQUIVO DOS AUTORES, 2026.

4.4 Grupo D: formação de jornalistas e estudantes de Jornalismo

Para a organização das oficinas, foram realizadas entrevistas em grupo com repórteres que cobrem a crise climática, com questionamentos sobre o foco de pautas. Os resultados (TAB. 4) demonstram que os jornalistas valorizam a produção científica e iniciativas das comunidades, mas os temas têm pouco espaço na cobertura diária e, por vezes, ficam dispersos na cobertura factual. A partir dos resultados, desenvolveu-se a oficina *Como comunicar a crise climática? Estratégias e possibilidades*, a fim de produzir pautas que colaborem para a sensibilização. Foram 45 participantes em três rodadas. Uma versão piloto foi oferecida a 30 estudantes de graduação em Jornalismo da UFPR.

TABELA 4

Análise crítica da narrativa a partir das oficinas pedagógicas oferecidas

Público participante	a) Organização da narrativa	b) Revelação de interesses e conflitos estruturadores da narrativa sobre Justiça Climática

35º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS 2026		Saberes ancestrais e novos horizontes da pesquisa em comunicação Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Natal/RN 9 a 13 de Junho de 2026
<i>Grupo A</i> Oficinas de formação para extensionistas (2024).	Extensionistas demonstraram preocupação sobre a crise climática, além de forte adesão.	Participantes sinalizaram a necessidade de aproximar temas científicos da comunidade com exemplos práticos, de modo que a comunicação ajude a apontar problemáticas sociais e grupos em vulnerabilidade.
<i>Grupo B</i> Oficinas para formação da juventude (2024).	Estudantes do Ensino Médio mostraram-se preocupados com o futuro. Apontaram a necessidade de envolvimento social sobre os problemas socioambientais.	Estudantes destacaram que a juventude não é ouvida sobre a crise. Compreendem que a comunicação pode ser uma facilitadora ao aproximar a comunidade de temas como a Justiça Climática.
<i>Grupo C</i> Oficinas e minicursos para formação de líderes comunitários, universitários, docentes e pesquisadores (2024 e 2025).	Lideranças em instituições científicas, organizações da sociedade civil, empresas e governo foram encorajados a alinhar resultados, detalhar ações, parcerias e prazos de possíveis articulações sociais.	Evidenciou-se a necessidade de cobrança de agentes responsáveis por soluções concretas. O grupo expressou incômodo com a falta comprometimento dos governos na elaboração de políticas públicas sobre a emergência climática, além de lentidão das empresas na transformação de práticas socioambientais. A lacuna sobre Justiça Climática e gênero ficou explícita nas propostas.
<i>Grupo D</i> Oficinas e minicursos para formação de jornalistas e estudantes de jornalismo (2025).	Participantes demonstraram abertura e esforço para construir abordagens jornalísticas com enfoque em Justiça Climática. Destacaram a necessidade de traduzir termos científicos ligados à crise.	Na construção de pautas sobre o tema, o enfoque sobre Justiça Climática foi o que mais demandou esforços para que fosse evidenciado nos possíveis materiais jornalísticos gerados.

FONTE: AUTORES, 2026.

Após as oficinas, a equipe facilitadora recebeu retorno de jornalistas participantes que produziram reportagens sobre o tema. Um destes materiais, publicado em portal de abrangência nacional, tratou de como o Brasil pode se preparar para eventos extremos, por ser corredor propício para ciclones e tornados. Com título propositivo, a reportagem mapeou causas e consequências dos fenômenos e apontou possíveis soluções para cidades e populações se prepararem. Outra reportagem tratou da relação entre risco climático e mercado de seguros. As

repórteres, participantes da pesquisa, incluíram o debate sobre a Justiça Climática ao apontar que populações periféricas, indígenas, negros e mulheres são as mais expostas a desastres e perdas, reforçando a necessidade de políticas públicas adequadas.

4.5 Análise crítica sobre aspectos abordados nas oficinas pedagógicas

Os jovens aderiram criticamente à discussão sobre a emergência climática e evidenciaram a urgência do tema ser abordado de modo mais consistente com a população. Outro desdobramento foi a percepção da juventude sobre a necessidade de que as narrativas comunicacionais sobre questões socioambientais abordem problemas e cobrem soluções, de modo a minimizar a apatia e a ecoansiedade, a partir de ações de enfrentamento multiníveis. No *aspecto científico*, discutiu-se o embate clássico entre informação e desinformação, bem como a necessidade de traduzir termos científicos. Observou-se que algumas temáticas estão ainda restritas a alguns grupos sociais, a exemplo das questões de gênero, raça e classe. No *âmbito tecnológico*, discutiu-se o aprimoramento e experimentação de possibilidades comunicativas *online* e *offline*. No *aspecto sociocultural*, objetivou-se a formação de multiplicadores conscientes da necessidade de implementação de ações de Justiça Climática.

A análise crítica das narrativas que circularam nas oficinas denuncia a naturalização de um sistema que invisibiliza os grupos sociais mais afetados, fator que impossibilita a reflexão crítica sobre os princípios básicos de promoção de vida digna às populações. A ainda frágil associação entre gênero e Justiça Climática está relacionada a fatores estruturais, bem como à falta de ênfases e discussões contínuas de temas complexos. Outra camada identificada é a dificuldade de compreensão das imbricações entre injustiça climática e cotidiano.

Compreendemos que na pesquisa-ação participativa a ciência é produzida levando-se em conta a construção de conhecimentos complexos, populares e científicos, aplicados à realidade da população (Fals Borda, 2008). São temas espinhosos e problemas sociais agudos relacionados às desigualdades estruturais do país, que exigem soluções que envolvem hierarquias de poder. A pesquisadora e ativista bell hooks sintetiza esse percurso: “O aspecto mais empolgante de ensinar fora de estruturas convencionais ou salas de aula universitárias tem sido compartilhar as teorias que escrevemos na academia com públicos não acadêmicos e [...] ver quão famintos eles estão de ter contato com novas possibilidades de aprender, quanto desejam usar esse conhecimento de maneira significativas para enriquecer a vida cotidiana” (hooks, 2021, p. 22).

A interpretação das narrativas construídas nas oficinas pedagógicas permitiu compreender que, apesar das dificuldades na elaboração de conhecimento coletivo, tais tecnologias sociais evidenciam o lugar da teoria, do método e da criatividade na Comunicação Ambiental, por meio da experimentação de possibilidades científicas mais acessíveis à população.

5. Considerações finais

O cenário mundial em torno das “emergências climáticas” mobiliza a ciência e a política, os meios de comunicação e o cotidiano do cidadão comum. O momento pede pressa e criatividade. Exige, inclusive, inflexões científicas irreverentes, termo que ganha um sentido estratégico e ultrapassa sua conotação comportamental. A escala dos eventos impõe a democratização dos saberes solidificados em torno da crise ambiental – e das crises humanitárias que gravitam em torno dela.

O projeto apresentado nasceu pautado por esse senso de urgência. Seu norte foi o de levar o saber acadêmico para fora dos muros, de modo a conversar com adolescentes e jovens expostos à injustiça ambiental, para recolher suas percepções. As demais camadas da pesquisa foram construídas de forma dialógica. Das oitivas, pequenas plenárias, expressões visuais, para citar apenas algumas das dinâmicas, a pesquisa seguiu identificando novos atores a serem ouvidos e formas inventivas para traduzir conceitos urgentes (Candau, 2002).

Todo esse processo sugeriu que as oficinas pedagógicas ultrapassem seu uso tradicional, no âmbito educacional, e se potencializam no âmbito da pesquisa, dada a natureza multidisciplinar de seus processos internos. Nesse sentido, está respondida à questão problematizadora do artigo. De instrumento de ensino, aprendizagem e avaliação; de recurso extensionista fartamente praticado, os encontros – em roda e horizontais – permitiram que etapas fundamentais do conhecimento científico se acomodassem, uma a uma.

Dessa observação meticulosa resta dizer que a Comunicação Ambiental – uma disciplina nascida para gerir a crise e o cuidado, e base da tessitura aqui apresentada – se redimensiona e ressignifica em meio às práticas de oficinas, operacionalizadas, desta feita, junto a 158 participantes. Fatos que poderiam parecer aos oficineiros alarmismo do noticiário, assunto para pesquisadores, problemas de outros países, se tornaram próximos, foram verbalizados, aparados em suas arestas, mostrando que as pedagogias do nosso tempo – a pedagogia da encruzilhada, a pedagogia trans; e as consagrada pedagogia do oprimido e

pedagogia da esperança – também podem se traduzir numa “pedagogia ambiental”, cuja práxis nasce do poder das narrativas, aqui exploradas nos vieses traçados por Motta (2013).

Por fim, sem que haja demérito à escola, à qual a palavra pedagogia parece aprisionada, o termo recobra seu sentido universal, atendendo às demandas da comunicação científica. As emergências climáticas exigem métodos dialéticos, na qual a identificação dos problemas e sua compreensão transbordem para a ação sociopolítica e sociocultural. No ambiente de uma oficina há possibilidades irradiadas, da democratização da ciência ao ativismo em prol da Justiça Climática. O método permite a percepção de validades no campo do conhecimento, mas também práticas que impedem que o conhecimento se mostre estéril e sem efetividade na vida de todos os que têm direito à ciência e a um mundo sustentável.

Referências

- ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação científica para cidadania. **Ciência da informação**, v. 25, n. 3, 1996.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento. Evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BERNAUER, T, Climate change politics. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, 16, 421-448 , 2013.
- BERNAUER, T., McGRATH, L. Simple reframing unlikely to boost public support for climate policy. **Nature Clim Change** 6, 680–683 (2016). <https://doi.org/10.1038/nclimate2948>
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Educomunicação Sscioambiental**: comunicação popular e educação. Brasília: MMA, 2008. In: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20.pdf. Acesso: 10 fev 2026.
- BUENO, W. da C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.
- CANDAU, V. M. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 5.ª ed Petrópolis, Vozes, 2002.
- COLATUSSO, V. de C. W. & DEL VECCHIO-LIMA, M. R. (2024). Pesquisadores brasileiros da crise climática e seu entendimento sobre os processos de comunicação com a sociedade **JCOMAL** 7(01), A07. <https://doi.org/10.22323/3.07010207>
- COLATUSSO, V. de C. W., Massarani, L., Del Vecchio-Lima, M. R., Alves, M., & Moreira de Oliveira, T. (2024). A construção do conhecimento sobre mudanças climáticas em grupos negacionistas do Telegram no Brasil. *Observatorio (OBS*)*, 18(4). <https://doi.org/10.15847/obsOBS18420242543>
- COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- COX, R. Nature’s “crisis disciplines”: does environmental Communication have an ethical duty? **Environmental Communication**: A journal of nature and culture, 2007, 1:1, 2, p. 5-20.

DEL VECCHIO DE LIMA, M. R.; LOOSE, E. B.; SCHNEIDER, T. C.; NOGAROLLI, A. de F., LAMBACH, H.F. (2014). Os dilemas da Comunicação Ambiental no contexto do desenvolvimento hegemônico. **Comunicação, mídia e consumo**, 11(32), 203–221. <https://doi.org/10.18568/cmc.v11i32.703>

DEL VECCHIO DE LIMA, M.; JÚNIOR, P. da S.; LOOSE, E. B.; MEI, D. S., SCHNEIDER, T.C.; DUARTE, V.S. (2015). A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 34. <https://doi.org/10.5380/dma.v34i0.39965>

DUARTE, V. S.; LIMA, M. R. D. de. **Comunicação, educação e meio ambiente**: uma análise das interfaces presentes na educomunicação socioambiental. In: LIMA, M. D.V de; CONTANI, M.L.; ALVES, A. R.; ALVES, J.B.; SILVA P.J. da.(Orgs.). Londrina: Mecenaz, 2014. pp. 167-200.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa (A). 59.^a ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido (B). 25.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa), **Peripecias**, n. 110, 2008 [1999], p. 1-14.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 5.^a ed. São Paulo: Global Editora, 2024.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 13.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 64-89.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HANSEN, A.&COX, J.R.(2015). **The Routledge handbook of environment and communication**. Abingdon, Oxon, U.K. and New York, NY, U.S.A.: Routledge.

HEFFES, G. **Políticas de la destrucción /Poéticas de la preservación**: Apuntes para una lectura (eco)crítica del medio ambiente en América Latina. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2013.

HOOKS, B. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

IJUM, J. K.; MONTIPÓ, C. M.; SOUZA, L. O. de. Direitos Humanos. In: ARRUDA, A.; SOSTER, D. de A.; ROVIDA, M. (Orgs). **Dicionário brasileiro de narrativas midiáticas**. Aluminio/SP: Clea Editorial, 2025, p. 57-59.

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Relatório Síntese sobre Mudança Climática 2023. Em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-04/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf. Acesso: 20 fev. 2026.

LAM, S.P. Predicting support of climate policies by using a protection motivation model. **Clim. Policy** 15, 321-338, 2014.

LOOSE, E. B. (2025). Comunicação Ambiental no Brasil: uma área plural e diversa **JCOMAL** 8(02), A07. <https://doi.org/10.22323/345220251001184615>

MASSONNET, F. F. O problema não é se há mudanças climáticas, mas como comunicá-las às pessoas, diz climatólogo belga. **Valor Econômico**, 17 set. 2025. In: <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2025/09/17/o-problema-nao-e-se-ha-mudancas-climaticas-mas-como-comunica-las-as-pessoas-diz-climatologo-belga.ghtml>>. Acesso: 18 fev. 2026

MONTIPÓ, C. M.; DEL VECCHIO-LIMA, M.R. (A) Entre a ecoansiedade e as soluções possíveis: desafios da cobertura da emergência climática, segundo jornalistas. **Anais...** Intercom. 48º. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Vitória (ES), set 2025.

MONTIPÓ, C. M.; DEL VECCHIO-LIMA, M.R. (B) Abordagens preventivas sobre emergência climática na perspectiva de jornalistas: um recorte. **Anais...** VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental, 24-26 set, 2025, Online.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

PEZZULLO, P. C. Environment. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**.
Online Publication Date: Oct 2017. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228613.013.57 Acesso: 19 jan 2026.

PEZZULLO, P; Cox, R. **Environmental communication and the public sphere**. 5a. Los Angeles: Sage, 2018.

PITTOCK, A. B. (2005). **Climate change**: turning up the heat. Clayton, VIC, Australia: Csiro Publishing.

REUTERS INSTITUTE; OXFORD UNIVERSITY. **Digital news report 2025**. In:
<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2025/dnr-executive-summary>. Acesso: 18 fev 2026.

SHOME, D; MARX, S. **A comunicação das mudanças climáticas**: um guia para cientistas, jornalistas, educadores, políticos e demais interessados, Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas sobre Decisões Ambientais (CRED), 2016.

SPINK, M. J., MENEGON, V. M., & MEDRADO, B. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & sociedade**, 26(1), 32-43.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report 2025**. Disponível em:
https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2025.pdf: Acesso: 14 fev. 2026.